*Artigo

Cédula de Produto Rural e seus requisitos de validade

A Cédula de Produto Rural (CPR) é um título de crédito emitido por instituições públicas e privadas, por meio de requerimento do próprio produtor rural ou de entidades representativas dos agricultores, através do qual é concedida uma antecipação do valor médio que será alcançado com a venda do produto, a fim de que o agricultor possa realizar o plantio com segurança financeira. A CPR é uma modernização das antigas cédulas rurais pignoratícias e funciona como um financiamento à produção rural, de forma que o próprio produto é dado como garantia à instituição financiadora pelo valor investido e o crédito só pode existir se houver realmente a intenção de prosseguir com a produção.

Esse título encontra respaldo na Lei nº 8.929/1994, que dispõe sobre a legitimação para emissão da cédula, os requisitos necessários à sua concessão, bem como sobre a exigibilidade do título e suas possibilidades de liquidação, e demais características e condições do financiamento. Posteriormente, com a Lei nº 10.200/2001, instituiu-se a possibilidade de liquidação financeira da CPR, ampliando as opções de financiamento ao produtor rural, que deixou de depender exclusivamente das instituições bancárias, abrangendo outros agentes econômicos, investidores externos, fundos de pensão e fundos de investimentos, o que diminui relativamente os custos para o produtor rural em si.

A CPR se destaca como um dos métodos de financiamento mais utilizados, afinal, abriu as portas para que os produtores de menor potencial financeiro pudessem crescer no seu próprio mercado, gastando menos e tendo mais resultados com sua produção. O título se difere dos demais também quanto à sua facilidade e disponibilidade, visto que a negociação se torna mais prática. Entretanto, para realizar o financiamento é necessário que o produtor rural cumpra os requisitos dispostos pelo Art. 3º da Lei nº 8.929/1994.

Os requisitos formais da presente cédula, não se aceitando a ausência de qualquer deles, são a denominação de "Cédula de Produto Rural", data de entrega, nome do credor e cláusula à ordem, promessa pura e simples de entregar o produto, sua indicação e especificações de qualidade e quantidade, local e condições de entrega, descrição dos bens vinculados em garantia, data e lugar da emissão, e assinatura do emitente. A CPR deve ainda ser registrada perante o Registro de Imóveis do domicílio do emitente e do local da produção, e pode adquirir natureza cambiária, desde que cumpridas as exigências legais para tal. Caso não seja quitada pelo produtor rural, se torna um título extrajudicial executável, podendo a instituição credora ajuizar ação de execução, ficando o produtor rural sujeito às medidas constritivas como o arresto e a penhora de bens suficientes para a satisfação de débito.

Portanto, vê-se que a Cédula do Produto Rural se tornou um instrumento dotado de confiabilidade ao produtor de pequeno porte, a quem era impossível um financiamento nestes moldes, sendo vista como forma prática e fácil de obtenção de recursos na agricultura. A negociação, bem com a aquisição do título, é considerada relativamente simples, e funciona como um título de crédito próprio que impulsiona o crescimento agrícola e financeiro de um país majoritariamente agropecuário.

Irajá Lacerda, é advogado, Presidente da Comissão de Direito Agrário da OAB-MT e Presidente da Câmara Setorial Temática de Regularização Fundiária da AL-MT.

Diário da Serra®
O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA
Propriedade da E. Tormes & Cia. Ltda - ME
ISSN 2238-6467
FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
Edição on-line desde 06 de setembro de 1997
ENDEREÇO
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Parque Mansões • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000
Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501
CIRCULAÇÃO
Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenápolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis e Sapezal.
Tiragem total: 1,5 mil exemplares
ADMINISTRATIVO
DIREÇÃO GERAL
Mano Reski
mano@diariodaserra.com.br
DIREÇÃO ADMINISTRATIVA
Silvana Tormes
silvana@diariodaserra.com.br
REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes
CONTATO
redacao@diariodaserra.com.br
DEPTO. DE ARTES
Thiago L. Machado
Vitória Bertol
DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE E ASSINATURA
PUBLICIDADE LEGAL
GRÁFICA
E. Tormes & Cia Ltda-ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02
CNPJ 14.048.123/0001-07
CONTATO
adm@diariodaserra.com.br
65 3326-4724
CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501
www.diariodaserra.com.br
www.ds.jor.br

*Curtas

Recursos fomentam aviação em MT

Mato Grosso aumentará para sete o número de aeroportos habilitados para aviação regional comercial. O governador Pedro Taques e o secretário de Infraestrutura e Logística, Marcelo Duarte, estiveram em Brasília nesta terça-feira, 19 para assegurar novos recursos junto ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. A agenda foi acompanhada por prefeitos e representantes da bancada federal. Para as novas rotas aéreas que dão acesso para o Pantanal e municípios com potencial turístico e de negócios, três aeroportos regionais do Estado vão receber investimentos para melhoria da infraestrutura e segurança das unidades. Na cerimônia no Ministério dos Transportes, Taques, Duarte e o ministro Maurício Quintella assinaram Termos de Compromisso que totalizam R$ 18 milhões para os aeroportos de Tangará da Serra, Cáceres e Sinop. Segundo explicou o secretário Marcelo Duarte, a atual administração do Governo do Estado ampliou de três para cinco o total de aeroportos regionais com voos comerciais, e, com os novos termos este número subirá para sete em 2018.

Balanço

O Conselho Regional de Odontologia de Mato Grosso (CRO-MT) encerra as atividades de 2017 com 1.540 ações de fiscalização, realizadas em 24 municípios mato-grossenses. Entre janeiro e novembro deste ano foram realizadas 1.343 atualizações de cadastros, 143 notificações referentes a irregularidades encontradas e 46 despachos.

Fiscalização

Além de Cuiabá, foram alvos da fiscalização do CRO-MT os municípios de Primavera do Leste, General Carneiro, Portal do Araguaia, Torixoréu, Ribeirãozinho, Alto Araguaia, Juína, Colniza, Guarantã do Norte, Cláudia, Sinop, Tangará da Serra, Nova Olímpia, Barra do Garças, Rondonópolis, Cáceres, Várzea Grande, Sapezal, Araputanga entre outros.

Ilegalmente

Os flagrantes em pessoas cometendo exercício ilegal da profissão foram registrados em General Carneiro (31 de janeiro), Colniza (16 de fevereiro), Nobres (01 de março), Várzea Grande (17 de abril), Cáceres (11 de maio), Canarana (24 de agosto), Diamantino (17 de outubro) e Cuiabá (16 de novembro), somente em 2017.

Segurança

Neste período, além das fiscalizações por conta própria, o CRO-MT recebeu 216 denúncias, sendo 12 delas feitas de forma anônima, duas via Correios, 34 presenciais e 168 pela web. "É uma das funções do CRO-MT promover ações que protejam a sociedade e garantam a segurança à população no que diz respeito a saúde oral", avalia o presidente do CRO-MT.

*Bastidores da Política

13º salário

O governador Pedro Taques (PSDB) decidiu utilizar os R$ 200 milhões disponíveis no Tesouro do Estado para pagar o 13º salário dos aposentados que fazem aniversário em novembro e dezembro, ao invés de repassar parte dos duodécimos em atraso aos Poderes e órgãos autônomos. Os valores foram creditados nas respectivas contas ontem.

Até sexta

Os funcionários da ativa e aqueles que são exclusivamente comissionados receberão o 13º até sexta, 22. A decisão foi tomada por Taques durante reunião com o secretário Gustavo Oliveira. O 13º do pessoal efetivo, da ativa e pensionistas é pago mensalmente. O dinheiro é repassado de maneira antecipada ao longo do ano, conforme o mês de aniversário do servidor.

Sem o Fex

O pagamento do 13º será efetuado mesmo sem o Auxílio Financeiro de Fomento às Exportações (FEX) que será sancionado pelo presidente da República Michel Temer (PMDB) hoje, 21. Dos 1,9 bilhões, Mato Grosso receberá R$ 500 milhões até sexta. Sobre o salário de dezembro, Taques ressalta que a Constituição Estadual determina que o pagamento seja feito até 10 de janeiro.

1 segundo

Por isso, ressalta que não há folha salarial atrasada em Mato Grosso. "Não vou jantar antes de almoçar. Dezembro não acabou e cada dia com sua agonia. Me permitam pelo menos 1 segundo de tranquilidade com os salários em dia", declarou Taques, durante assinatura dos convênios de investimentos nos aeroportos de Cáceres e Tangará da Serra, realizada no Palácio Paiaguás, nesta tarde.

Poderes

Com o FEX que deve ser depositado na sexta, o Executivo deve repassar parte dos duodécimos em atraso para os Poderes e órgãos autônomos. Ao todo, o Executivo deve R$ 700 milhões. Sem o repasse de pelo menos R$ 60 milhões referentes aos atrasos no duodécimo de 2017, a Assembleia ainda não pagou o 13º dos servidores.

TCE-MT

A 54ª Mesa Diretora do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) tomou posse em sessão solene nesta quarta-feira, 20. Durante a cerimônia, realizada no auditório da Escola Superior de Contas, o conselheiro Gonçalo Domingos de Campos Neto foi empossado como presidente da Corte de Contas para o biênio 2018/2019.

Inédito

A nova Mesa tem uma configuração histórica, já que é a primeira vez nos 64 anos de fundação da Corte de Contas que conselheiros substitutos, na condição de conselheiros interinos, integram a direção. O fato é inédito em todo o país. Os novos dirigentes assumem com o desafio de consolidar o processo de implantação do novo modelo iniciado em 2016.

Despreocupado

Principal responsável por comandar as investigações que resultaram na Operação Arca de Noé, em dezembro de 2002, o governador José Pedro Taques (PSDB) assegurou que não está preocupado com a possível liberdade do ex-bicheiro João Arcanjo Ribeiro, preso desde 2003, condenado como chefe do crime organizado em Mato Grosso.

Kassab prevê PSD ao lado de Taques

Presidente nacional do PSD, o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Gilberto Kassab, afirmou que o partido deve manter a aliança com o governador Pedro Taques (PSDB) em Mato Grosso. De acordo com ele, o objetivo nas eleições de 2018 é manter uma vaga majoritária, hoje ocupada pelo vice-governador Carlos Fávaro.

"Aqui o partido está sendo muito bem conduzido pelo vice-governador, portanto, ele tem plena autonomia para encontrar o caminho do partido. Mas é evidente que tenhamos uma participação majoritária. Essa é a orientação tanto em Mato Grosso, quanto nos outros estados". Nos bastidores se comenta que os líderes do partido no Estado querem lançar Fávaro ao governo, o que racharia a base da gestão Pedro Taques. Kassab, porém, afirma que o vice não compartilha desse desejo. Nacionalmente, o presidente explica que a orientação é, além da majoritá- ria, que o partido tenha uma chapa de deputados estaduais e federais.